Emprego, salário e subdesenvolvimento na obra de Maria da Conceição Tavares (1971-1981): a construção de um projeto político para o Brasil

João Caetano Gomes Viana

1. INTRODUÇÃO

Em artigo publicado em 1981, junto a Paulo Renato Souza, Maria da Conceição Tavares afirma que os dois principais vetores do caráter excludente do capitalismo na América Latina eram: 1) "os *baixos níveis salariais* que obrigam uma substancial parcela dos assalariados a viver em condição de extrema pobreza" e 2) "a *marginalização* de uma parcela da força de trabalho que não consegue sequer obter rendas iguais às dos assalariados mais pobres" (Tavares e Souza, 1981, p.6).

A explicação para essas mazelas sociais do subdesenvolvimento, diretamente relacionadas ao mercado de trabalho, são centrais desde o surgimento da chamada "economia do desenvolvimento". Consequentemente, daí derivam posições políticas distintas para sua superação. O trabalho de Arthur Lewis (1954), *Economic Development with Unlimited Supplies of Labour*, parte de uma crítica à teoria econômica neoclássica, incluído o próprio Keynes, pois essa tradição seria incapaz de explicar o desenvolvimento de países "superpovoados", em que a oferta de trabalho supera a demanda ao nível do salário de subsistência[1], ou seja, é "ilimitada".

No modelo teórico do autor, essa característica estrutural garantiria um automatismo na superação da dualidade econômica, ou seja, a incorporação do setor pré-capitalista ao setor capitalista. A cada rodada de ampliação do estoque de capital, aumentaria o excedente do capital, pois o crescimento da produtividade marginal do trabalho não seria acompanhado do crescimento dos salários. Supondo válida a *lei de Say*, o autor conclui que um aumento da renda da classe que poupa significa um aumento do nível de investimento e, consequentemente, uma aceleração do processo de incorporação dos trabalhadores ao setor capitalista. Esse processo continuaria até que acabasse o excedente de trabalhadores.

Entretanto, nos diz o autor,

> a expansão do setor capitalista pode ser detida [1] porque o preço dos bens de subsistência aumentam, ou [2] porque o preço não diminui tão rapidamente quanto o

[1] Apesar de afirmar categoricamente que "o salário [de base] que o setor capitalista em expansão é obrigado a pagar é determinado pelo que se pode ganhar fora deste setor" (Lewis, 1954, p. 148), posteriormente o autor deixa claro que não se trata da única determinação e que tampouco essa determinação se dá sem mediações. Em primeiro lugar, o salário no setor capitalista costuma ser maior que esse nível mínimo, dentre outros motivos, pelo custo mais alto da vida urbana, para atrair trabalhadores a migrarem para a cidade etc. Além disso, haveria uma "[...] diferença de níveis convencionais porque os trabalhadores do setor capitalista adquirem gostos e prestígio social que têm que ser endossados por salários reais mais elevados" (idem, p. 150).

> exige o aumento da produtividade *per capita* no setor de subsistência, ou [3] porque os trabalhadores do setor capitalista elevam seu nível de subsistência. Qualquer uma dessas alternativas *aumentaria os salários em relação ao excedente* (Lewis, 1954, p. 175, grifos nossos).

Fica claro, portanto, o projeto político defendido pelo autor a partir de seu sistema teórico para países subdesenvolvidos e "superpovoados". Particularmente, o nível convencionado do salário real não poderia subir sob risco de frear o processo de superação da dualidade estrutural e, portanto, de incorporação dos trabalhadores ao setor capitalista.

A formulação de Lewis influenciou fortemente os novos economistas ligados à Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL), dentre eles o brasileiro Celso Furtado que, entretanto, chegou a conclusões teóricas e políticas bastante distintas. Seus artigos escritos ao longo da década de 1950 e compilados no livro *Desenvolvimento e Subdesenvolvimento*, de 1961, recuperam a ideia de "oferta ilimitada de mão de obra" como uma das características do subdesenvolvimento. Entretanto, para o autor não há tendência à incorporação dos trabalhadores no setor moderno. Além disso, a manutenção dos salários ao nível de subsistência atuaria como inibidor do desenvolvimento econômico. Bastos (2023) sintetizou a posição de Furtado:

> Nos países subdesenvolvidos, o progresso técnico não leva ao esgotamento da oferta ilimitada de mão de obra, tendo em vista que: 1) a mimetização do padrão de consumo dos países desenvolvidos pelas elites reduz a poupança disponível para investimento; 2) investimentos realizados com tecnologia que poupa trabalho e que é intensiva em capital e em escala geram ociosidade de capacidade de produção e de trabalhadores; 3) o padrão resultante de concentração da renda, tendo em vista a preservação de baixos salários e da oferta ilimitada de mão de obra, limitaria a escala do mercado interno, o que, combinado com tecnologias intensivas em capital e em escala, desestimularia novos investimentos, dando origem a baixo crescimento (p. 495).

O projeto político daí derivado, em oposição a Lewis, apontava a necessidade de construir um mercado de massas e aumentar a renda do trabalho para superar a dualidade estrutural.

Sem nenhuma intenção de esgotar a reflexão dos dois autores mencionados, fica evidente que as formulações sobre emprego e salário nos países subdesenvolvidos constitui peça fundamental dos esquemas teóricos, porque inserem-se na reflexão mais ampla sobre a relação entre distribuição de renda e desenvolvimento econômico.

Não coincidentemente, esse tema geral ocupou grande parte das reflexões de Maria da Conceição Tavares (Bielschowsky, 2010; Costa, 2019; Possas, 2001). Formada na tradição cepalina, seu primeiro grande trabalho, *Auge e Declínio...*, publicado em 1963, corroborava a ideia dominante entre os economistas ligados à Comissão de que a grande concentração de renda e a consequente pequenez relativa do mercado consumidor constituíam impeditivos ao avanço da industrialização no Brasil. Posteriormente, seu artigo junto a José Serra, publicado em 1971, explicava como a reconcentração da renda foi funcional para as grandes taxas de

crescimento verificadas durante o "Milagre Econômico"[2]. Nos anos seguintes, a autora buscará sistematizar sua compreensão a partir da elaboração (e reelaboração) da categoria "padrão de acumulação", que sintetizava a relação entre estrutura produtiva e distribuição de renda pela mediação das estruturas de concorrência intercapitalista e suas dinâmicas.

Consideramos pouco exploradas pela bibliografia especializada[3] as diferentes formulações da autora sobre os problemas de emprego e salário no subdesenvolvimento, assim como o sentido dessas teses no quadro de seu sistema teórico. Este artigo procura cumprir esta tarefa apontando para a importância dessas formulações para o projeto político da autora. Em linha com Possas (2001, p. 399), acreditamos que toda a trajetória acadêmica da autora está condicionada pela sua preocupação com "a sorte de grandes contingentes da sua população [brasileira], excluídos economicamente".

Acreditamos que apenas no início da década de 1980 a autora alcança um sistema teórico coeso que articula uma teoria de mercado de trabalho dual e segmentado ao seu projeto político de um desenvolvimentismo democrático. A trajetória não linear até esse ponto buscaremos explorar a seguir.

O período de abrangência do estudo corresponde, do ponto de vista da trajetória teórica da autora, a dois períodos distintos: o primeiro, de 1963 a 1972, sob forte influência cepalina; o segundo, de 1973 a 1985, que marca sua revisão teórica e a criação dos fundamentos da chamada "Escola de Campinas" (Andrade e Silva, 2010; Robilloti, 2016). Encerramos em 1981, entretanto, porque, para os tópicos que nos interessam, os trabalhos desse ano dão forma final ao projeto teórico. Do ponto de vista da trajetória política e econômica brasileira, o período contempla o "auge e declínio" do desenvolvimentismo enquanto projeto político e enquanto padrão de desenvolvimento (Bielchowsky e Mussi, 2025; Carneiro, 2002). Nos interessa localizar as reflexões da autora no quadro dessas transformações sociais.

---

[2] Essa elaboração foi considerada por Bielschowsky (2010) uma das grandes contribuições da autora ao pensamento econômico brasileiro.

[3] A extensa pesquisa de Robilloti (2016) tem o mérito de identificar a questão do mercado de trabalho na obra da autora já a partir do artigo publicado em 1971 junto a José Serra, mas não destaca as diferenças (e antagonismos) em relação às formulações seguintes sobre o tema. Tampouco faz um esforço de integração dessa compreensão ao sistema teórico da autora em cada uma de suas etapas de elaboração. Outros trabalhos que buscaram realizar um itinerário da produção de Tavares, como Possas (2001), Andrade e Silva (2010) e Bielschowsky (2010) não tratam diretamente do tema. Costa (2019), por sua vez, menciona apenas a formulação "última" da autora sobre o mercado de trabalho, em particular a ideia de "mercado dual", apresentada no início da década de 1980, e integra-a ao sistema teórico desenvolvido a partir de 1974. Entretanto, uma leitura desavisada pode considerar que essa teoria estava subjacente aos escritos da década de 1970, o que não ocorreu. Sampaio Jr (1997), num viés mais crítico da obra de Tavares, também sugere esta indevida generalização. Finalmente, Zullo (2014) e Viana (2025) tratam apenas dos fundamentos da teoria do mercado de trabalho dual e segmentado, sem, entretanto, relacionar ao sistema teórico da autora, ou mesmo identificar as formulações anteriores.

Nosso estudo dos problemas de emprego e salário em cada uma das obras se organiza por duas perspectivas. A primeira busca os determinantes desses problemas do subdesenvolvimento, enquanto a segunda busca as consequências deles sobre o dinamismo econômico no contexto da industrialização pesada. Em outras palavras, perguntamos a cada uma das obras: 1) O que causa os baixos salários e o alto desemprego nos países subdesenvolvidos? O avanço da industrialização soluciona ou recoloca esses problemas? 2) Eles são funcionais, afuncionais, disfuncionais ou contraditórios em sua relação com o avanço da industrialização?

Além da presente introdução, a seguir o artigo contempla uma seção dedicada ao período das formulações cepalinas, marcado pela crise do início da década de 1960, pelo golpe militar de 1964 e pelo "milagre econômico", a partir de 1967-1968. A terceira seção trata do período de revisão teórica. O contexto econômico e político já evidenciava a crise da acumulação a nível mundial e teve como resposta do governo militar a ampliação dos projetos de investimento por meio do 2º Plano Nacional de Desenvolvimento (II PND). O fracasso relativo do Plano e as pressões políticas contra o regime colocavam sob pressão não apenas a ditadura militar como o próprio programa político desenvolvimentista. Finalmente, esboçamos algumas considerações finais.

2. O PERÍODO CEPALINO E O AUGE DO DESENVOLVIMENTISMO NO BRASIL (1963-1973)

2.1. Más allá del estancamiento: una discusión sobre el estilo de desarrollo reciente en Brasil (1970)

Após o golpe militar, Tavares continuou sua trajetória acadêmica como professora da FEA-UFRJ, além de lecionar como professora visitante em curso organizado pela FGV. Paralelamente, em 1964 assumiu a coordenação do escritório CEPAL-BNDE. A pressão política sobre a CEPAL, entretanto, desalojou a organização do prédio no Rio de Janeiro, forçando uma mudança para a capital federal em 1968.

Tavares é então realocada para a sede da CEPAL no Chile onde concentrar-se-iam diversos opositores políticos do regime militar brasileiro, incluindo seu parceiro de trabalho, José Serra. O artigo *Más allá del estancamento* foi apresentado pelos autores em novembro de 1970, por ocasião do 2º Seminário UNESCO-FLACSO. Seria publicado em espanhol no ano seguinte e em português em 1972. A parceria com Serra ainda incluiu a participação no governo socialista de Salvador Allende, entre 1972 e 1973, no contexto de acirramento das tensões sociais no país.

Quando da escrita do artigo, a economia brasileira vivia um novo ciclo de crescimento após a estagnação e a crise política vividas na primeira metade da década de 1960. Entre 1968 e 1973, as taxas de crescimento alcançaram o maior patamar do século, com uma média anual de 11%[4]. Dentre os elementos da demanda agregada que impulsionaram a recuperação a partir de 1967 estiveram a expansão do consumo de bens duráveis, a retomada do investimento público e, finalmente, a partir de 1968, a expansão da construção civil. Em particular, a expansão do consumo de bens duráveis foi fundamental para ocupação da capacidade ociosa criada no ciclo anterior, o que gerou efeitos aceleradores sobre o setor de bens de capital nacional a partir de 1970/1971 (Araujo, 2021; Serra, 1982; Tavares, 1974).

Antecipando o debate sobre a distribuição de renda[5] no país, os autores enfrentaram uma questão fundamental para a teoria cepalina até então: uma distribuição concentrada da renda é um obstáculo ao crescimento? Assim, na primeira parte do artigo[6] realizam uma crítica às teorias "estagnacionistas", cujo principal representante seria Furtado (1966). Segundo o autor, o avanço da industrialização para os setores mais complexos exigia maiores níveis de escala, em particular na produção de equipamentos e bens de consumo durável. O caráter restrito do mercado doméstico, marcado pela concentração de renda e por um padrão de consumo elitizado, imporia condições desfavoráveis de escala, elevando os custos unitários no setor de bens de capital e, consequentemente, implicando uma queda na produtividade do capital (produto/capital). Além disso, o aumento da intensidade de capital dos novos investimentos reduziria a capacidade de absorção de trabalho, corroborando o excedente estrutural de mão de obra e mantendo os salários em níveis baixos. A consequência última seria uma tendência à desaceleração do investimento e à estagnação.

[4] A despeito disso, há indícios de que a estrutura industrial sofreu modificações mais restritas do que no período do Plano de Metas. O primeiro indício é que o crescimento da produção de bens de consumo duráveis foi consideravelmente maior que o crescimento da produção de bens de capital (23,6 e 18,1% a.a., respectivamente). Outro importante indício é a predominância da entrada de IDE sob a forma de moeda, em detrimento da forma mercadoria, o que significou uma ampla concentração e desnacionalização da estrutura industrial (Campos, 2023; Serra, 1982).

[5] Esse debate foi inaugurado com a publicação de Langoni (1973) que funcionou como porta-voz oficial do regime na explicação do aumento de desigualdade evidenciado pelo confronto entre os dados dos censos de 1960 e de 1970. Para mais informações ver Barone, Bastos e Mattos (2017).

[6] A primeira parte (¿Estacamiento o crisis?), que trata da crítica ao "estagnacionismo", foi amplamente difundida e faz parte da leitura obrigatória de diversos estudantes de economia no país Entretanto, a segunda parte (Algunos rasgos del desarrollo reciente del capitalismo en el Brasil), que corresponde a mais de dois terços do conjunto, é ignorada em diversos trabalhos sobre a obra da autora. Até mesmo coletâneas de textos da autora, como Bielschowsky (2000) e, mais recentemente, Melo (2019), reproduzem apenas o primeiro tópico. Isso, nos parece, se deve, em primeiro lugar, ao caráter menos sistemático do segundo tópico. Além disso, ali estão presentes teses antagônicas às formulações seguintes da autora, dentre elas uma ideia de "incerteza estrutural" e a compreensão de que a marginalidade é resultado da industrialização nos países subdesenvolvidos e periféricos.

Não nos interessa aqui recuperar cuidadosamente a crítica de Serra e Tavares à coerência interna do modelo de Furtado[7]. Ao nível das categorias do modelo, os autores apontam que o aumento da relação capital-produto seria antes consequência de um descenso cíclico, devido ao aumento da capacidade ociosa, não sua causa. Além disso, esse tipo de flutuação seria comum a qualquer economia com um setor de bens de capital internalizado.

O caráter não sistemático do texto, admitido pelos autores em diversos momentos, pode levar a interpretações equivocadas das proposições fundamentais, em particular sobre o caráter "peculiar" da dinâmica econômica nos países subdesenvolvidos em processo de industrialização[8]. Ainda que os autores reiterem que reiterem que as flutuações cíclicas são comuns a todos os países, esboçam ao longo do texto uma particularidade do subdesenvolvimento: a *acumulação polarizada*. Vejamos com cuidado.

A concentração de renda no país teria condicionado grandes margens de demanda para os "bens conspícuos", fortemente associados à produção moderna da indústria pesada. Assim, a sequência da industrialização estaria fortemente apoiada na maior rentabilidade relativa desses setores que, por sua vez, só pode ser mantida na medida que se "mantenha polarizada a circulação do excedente, ou seja, que se restrinja a difusão do progresso técnico e seus frutos" (Tavares e Serra, 1971, p.931-932). Esta seria "uma significativa diferença em relação aos países capitalistas desenvolvidos, diferença que tende a configurar uma contradição muito peculiar do sistema [dependente subdesenvolvido]" (idem, p.948). Admitem, então, que a consequência seria uma agudização da tendência às crises de realização:

> Apesar de se verificarem amplas condições de preservação da taxa de lucro mediante o esquema de acumulação polarizada, é importante notar que neste mesmo esquema configura-se implicitamente uma contradição permanente entre a geração de um montante rapidamente crescente de excedente e as possibilidades de sua realização no restrito marco de sua circulação[9] (idem, p.932).

A constante reconcentração da renda aparece, então, como necessidade para garantir o dinamismo. A exemplo do "milagre econômico"[10], esse processo pode se realizar por meio do

---

[7] Para uma boa síntese, ver Bastos e Avila (2009).

[8] "Depois de haver esboçado algumas características importantes da dinâmica do capitalismo brasileiro - que provavelmente tem muita semelhança com outros sistemas capitalistas igualmente dependentes e subdesenvolvidos - torna-se lógico aprofundar o exame das contradições fundamentais e do caráter das crises potenciais ao sistema. Não obstante, e por diversas razões, isto será objeto de outro ensaio" (Tavares e Serra, 1971, p.947).

[9] Em outra passagem, afirmam: "No capitalismo brasileiro existem simultaneamente *excesso e escassez de excedente*, devido ao *caráter polarizado da sua acumulação* que determina a existência de problemas internos de escassez de oportunidades de investimento – "excesso de poupança" – frente às possibilidades de investimento rentáveis (idem, p.928, grifos nossos).

[10] O processo de concentração de renda pós golpe de 1964 aparece aqui não como mera decisão de uma tecnocracia militar, mas como "[...] resultado simultâneo de uma política instrumentalizada e de leis inexoráveis do funcionamento do capitalismo subdesenvolvido [...]" (idem, p.943).

aumento da taxa de mais-valor, da orientação dos investimentos públicos, ou da política econômica. Ao mesmo tempo, esse processo "não poderia tender inexoravelmente a concentração exclusiva de uma pequena cúpula", o que tornaria a crise de realização permanente. Antes, os processos de reconcentração da renda tendem a se orientar no sentido de compatibilizar a "ampliação do consumo de certos estratos sociais com a geração do excedente necessário", condicionados pela etapa da industrialização (idem, p.942).

O texto dos autores é contraditório porque parece buscar uma relação unilateral entre a concentração de renda e a dinâmica da industrialização no Brasil[11]. O argumento se torna inteligível na medida que se considere que a contradição é própria do objeto. Nesse sentido, poderíamos dizer que, por um lado a concentração de renda é obstáculo para a superação da acumulação polarizada e de seu limite dinâmico mais estreito. Por outro, ela desempenharia um papel positivo na acumulação capitalista sob essa condição estrutural, característica do subdesenvolvimento.

Ao caráter contraditório da polarização do excedente, corresponde um caráter contraditório do desemprego estrutural, ou da *marginalidade*[12] na dinâmica da industrialização. Apesar de reproduzir o caráter restrito da circulação do excedente[13], desempenharia um papel positivo na acumulação capitalista sob essa condição estrutural, isto é, sob o subdesenvolvimento. Em primeiro lugar, porque, a despeito das baixas produtividade e capitalização das atividades em que são empregados, esses trabalhadores seriam frequentemente vinculados à construção de infraestrutura social ou à expansão das fronteiras de exploração de recursos naturais (agricultura, pecuária ou mineração) (idem, p.927-928). Em segundo lugar, os autores sugerem que o excedente de força de trabalho pressionaria

[11] "[...] se, por um lado a modernização restringe-se precisamente pela necessidade de preservar as taxas de lucro nas atividades modernizadas, por outro lado o excedente tende a ser crescentemente retido no circuito produtivo do setor moderno, o que dificulta os problemas para sua realização." (idem, p.948)

[12] A categoria "marginalidade" aparece reiteradamente na obra de Tavares durante o período que estamos estudando. Suas origens estão no pensamento social latino-americano da década de 1960, em que se destacam os trabalhos de Quijano (1966) e Nun (1969). Em sentido mais geral, os autores buscavam teorizar sobre as amplas parcelas de população que eram excluídas do processo de "modernização" da estrutura econômica latino-americana. Quijano (1966, p.51), ao tratar da "marginalidade radical", refere-se à grupos que não participam de estruturas responsáveis pela reprodução social. Nun (1969), por sua vez, vai elaborar sobre a "massa marginal", um contingente populacional afuncional ou disfuncional à acumulação monopolista. Nesse sentido, ambos convergem em sentido amplo. Abordagens que buscaram compreender a integração dos elementos "marginais" à acumulação capitalista na região incluem Oliveira (2013 [1972]) e Marini (2005 [1973]). Como veremos, a obra de Tavares é marcada por reflexões muito distintas sobre esse tipo de integração.

[13] Ainda que autores afirmem que os baixos salários e o desemprego (marginalidade) não constituem problemas *em si mesmos* para a acumulação capitalista (idem, p.907), nos parece evidente que a elaboração apresentada aponta para a forma que esses elementos colocam limites dinâmicos mais estreitos às oportunidades de investimento e, por isso, agudizam a tendência à crise de realização.

negativamente os salários, ampliando a tendência à superacumulação, principalmente nos setores modernos[14].

Nesse sentido, ainda que autores afirmem que os baixos salários e o desemprego (marginalidade) não constituem problemas *em si mesmos* para a acumulação capitalista (idem, p.907), nos parece que a elaboração apresentada aponta para a forma que esses elementos pressionam negativamente as oportunidades de investimento e agudiza os problemas de realização.

Finalmente, é a partir da reflexão sobre a "modernização restringida" que os autores buscam elucidar, de maneira não sistemática, o resultado líquido insatisfatório do emprego produtivo global. Em oposição à tese de Furtado (1966) e da própria Tavares (1972 [1963]), não seria decorrência do caráter capital-intensivo da tecnologia importada, mas da "maneira como se utiliza o maior excedente derivado de sua aplicação". Remetem, portanto, à já mencionada abordagem sobre os determinantes do investimento atreladas à acumulação polarizada (idem p.931-936).

Por um lado, haveria um processo de expansão horizontal da modernização, que destrói setores tradicionais, amplia a "[...] base de geração de excedente absoluto e relativo [...], mas acelera a taxa de expulsão da mão de obra que estava empregada nas atividades que se modernizaram"[15]. Essa força de trabalho expulsa tenderia a realocar-se em setores "depósito", de baixas capitalização e produtividade. Por outro lado, a expansão vertical dos setores modernos não seria suficiente para recompor o nível de emprego (idem, p.936-937).

3. O PERÍODO DE REVISÃO TEÓRICA E O DECLÍNIO DO DESENVOLVIMENTISMO NO BRASIL (1973-1981)

3.1. Acumulação de capital e industrialização no Brasil (1974)

Em março de 1973, Tavares precisa voltar da licença que conseguira na UFRJ. Já no final desse ano começou a atuar como professora visitante na Universidade Autônoma do

---

[14] Esse argumento, só é claramente desenvolvido na tese de livre docência de Tavares, publicada em 1974. A leitura "unilateral" que sugerimos só pode ser feita *a posteriori* e serve para enfatizar o *sentido geral* das transformações teóricas na obra da autora, ainda que cada formulação tenha um nível de sistematicidade muito distinto. O trecho a seguir demonstra a pertinência da extrapolação que fizemos:
"Num sistema capitalista [...] o volume de excedente depende, fundamentalmente, da relação entre o valor do produto gerado e o consumo dos produtores. No caso do capitalismo latino-americano são as atividades mais modernas e as empresas líderes que estão – num grau maior que seus congêneres desenvolvidos – numa posição privilegiada para gerar e apropriar-se de uma parcela maior do excedente econômico. Isto não se deve somente à sua produtividade física mais alta, [...] mas também ao fato de poderem manter as remunerações a níveis bastante distantes dessa produtividade real devido, entre outros motivos, à gravitação direta ou indireta do nível bem mais baixo dos salários no conjunto da economia" (idem, p.926).

[15] Esses setores apenas passariam por processos de modernização na medida em que possuíssem relações funcionais com o setor moderno (idem, p.933).

México (UNAM), na Cidade do México. Ali viveu ao longo de 1974, combinando os trabalhos naquela universidade, o trabalho no escritório mexicano da CEPAL, o trabalho na UFRJ e algumas atividades em Santiago. Em uma dessas viagens triangulares, foi presa no Aeroporto do Galeão, Rio de Janeiro. Sua libertação dependeu da intermediação dos ministros Mário Henrique Simonsen, da Fazenda, e Severo Gomes, da Indústria e Comércio. Só em 1975 volta definitivamente ao Brasil onde vai continuar com as aulas na FEA e ajudar na fundação do curso de graduação em ciências econômicas na Universidade Estadual de Campinas (Unicamp) (Melo, 2019).

Entre 1974 e 1978 a autora completa sua formação acadêmica *stricto sensu* com as teses de livre docência e de professora titular na UFRJ. Com esses trabalhos, Tavares, junto de João Manuel Cardoso de Mello e Luiz Gonzaga Belluzzo estabelecem os fundamentos da tradição que viria a ser conhecida como "Escola de Campinas". De maneira sintética, podemos dizer que a transformação teórica de Tavares teve dois pilares fundamentais. O primeiro diz respeito à reinterpretação da industrialização com foco no padrão de acumulação endógeno, nacional, em oposição à leitura cepalina dos "estrangulamentos externos". Em segundo lugar, a radicalização do paradigma da demanda efetiva, na medida que as condições de longo prazo da acumulação passam a ser determinadas apenas pela demanda intersetorial, não por parâmetros de produtividade ou de exploração da força de trabalho. Essas mudanças passaram em grande medida pelas novas influências teóricas adotas pela autora, como os diversos autores ligados à tradição de Cambridge – Kalecki, Steindl, Labini, Minsky, Joan Robinson -, Marx e Schumpeter (Andrade e Silva, 2009; Bastos, 2023; Bastos e Ávila, 2009).

A escolha do padrão de acumulação em seu marco nacional como núcleo central da análise já estava sinalizada em sua introdução de 1972 (Tavares, 1974 [1972], p. 22). Essa decisão, reiterada nos anos seguintes, é justificada pela própria percepção da autora a respeito do período histórico de desenvolvimento capitalista. A crise da hegemonia dos Estados Unidos apontava, em sua perspectiva, para um "aumento do raio de manobra" das economias nacionais. A contrapartida teórica dessa percepção do caráter da totalidade histórica foi, dentre outras coisas, a assunção de modelos macroeconômicos de tipo kaleckiano para o estudo da reprodução do capital e de seus limites endógenos.

A despeito desses novos marcos teóricos, na sua tese de livre docência as conclusões fundamentais sobre os problemas de emprego e salário no subdesenvolvimento são similares àquelas do trabalho de 1970, agora com um desenvolvimento teórico mais sistemático[16]. Para

[16] Estamos abstraindo de uma transformação teórica fundamental que diz respeito ao caráter da dependência e da relação com o capital internacional. Anteriormente, a posição subordinada na divisão internacional do trabalho,

entender as contradições da acumulação nos países subdesenvolvidos semi-industrializados, como o Brasil, seria necessário antes compreender as contradições do capitalismo nessa etapa histórica. Essa tarefa Tavares realiza em seu primeiro capítulo.

A fase atual do desenvolvimento capitalista é chamada de "monopolista" ou "madura", em oposição à fase anterior, "competitiva". Na primeira fase capitalista, o progresso técnico predominante dar-se-ia nos setores de bens-salário, ou seja, o aumento dos lucros dependeria do "barateamento" da força de trabalho. A atual fase histórica teria surgido a partir de um dado nível de concentração de capital que viabilizou o progresso técnico redutor de custos no setor de bens de produção. Nesta nova etapa, predominaria a técnica "poupadora de capital", cuja consequência fundamental seria o fim do antagonismo entre lucros e salários. Em outras palavras, torna-se possível o crescimento da taxa de lucro simultâneo ao crescimento dos salários reais.

"Assim, o limite da acumulação passa a estar dado não pelas condições de 'produção de mais-valia', mas sim pelas condições de sua realização dinâmica em escala ampliada" (Tavares, 1998 [1974], p.48-49), isto é, nos termos da "insuficiência de demanda efetiva". Seguindo a interpretação de Steindl, haveria uma nova tendência à estagnação derivada não "da queda na relação salários/lucros efetiva, nem tampouco do aumento da intensidade de capital" (idem, p.58), mas da tendência à superacumulação, pois existiria uma "permanente tendência a aumentar o [...] potencial de acumulação de lucros por cima da taxa efetiva de crescimento da capacidade produtiva utilizada" (idem, p.35-36). Ou seja, deixa de valer a teoria do valor marxiana, na medida que os preços, na concorrência oligopolista[17], são determinados pelo grau de monopólio, isto é, pelo "markup".

Tratar-se-ia, portanto, de estudar as diferentes formas de concorrência intercapitalista, particularmente as estruturas de mercado oligopólicas, no intuito de compreender a articulação dinâmica intersetorial e as trajetórias de crescimento desequilibrado. Esta tarefa é cumprida no

---

derivada da incapacidade de gerar endogenamente progresso técnico, condicionava a economia nacional a uma incerteza estrutural. Em outras palavras, transformações no padrão de acumulação dos países centrais imporiam transformações na alocação do excedente no marco nacional. Agora a autora acredita que existiria uma vinculação definitiva das transnacionais com o mercado nacional. Em 1974, isso aparece na ideia de que o excedente apropriado pelas transnacionais no marco nacional seria constantemente reinvestido, garantindo que a situação do balanço de pagamentos não se deteriorasse (Tavares, 1998 [1974], p.119).

[17] Para Steindl, a diferença entre as *estruturas industriais* competitivas e monopólicas reside na "forma como se gera e elimina excesso de capacidade" (idem, p. 56). Nas estruturas competitivas, a competição por preço tende a reestabelecer o grau de utilização de "equilíbrio", rebaixando a taxa de lucro, desvalorizando capacidade produtiva etc. Nas estruturas monopólicas, por outro lado, as grandes empresas são capazes de suportar uma competição via preço particularmente por seu poderio financeiro. Assim, as margens brutas de lucro tendem a ser rígidas para baixo e elásticas para cima, quando da aplicação de técnicas "poupadoras de capital". Em síntese, nestas últimas "não existe mecanismo corretivo endógeno" (idem, p. 56-57).

segundo capítulo. A autora então volta-se ao caso da industrialização brasileira, caso típico de economia subdesenvolvida semi-industrializada, para estudar suas contradições fundamentais.

O primeiro grande problema apontado por Tavares refere-se ao desequilíbrio entre capacidade produtiva e estrutura de demanda. Os grandes blocos de investimento são fundamentais nos marcos da concorrência oligopolista, diz a autora, pois garantem economias de escala e são ferramentas na competição pelo crescimento potencial do mercado. Num contexto de mercado mais restrito, esses blocos de investimento tenderiam a causar maiores desproporções dinâmicas entre a capacidade de produção subutilizada e a estrutura de demanda. Em outras palavras, o problema não seria de demanda corrente, mas de alcançar um crescimento equilibrado entre os setores heterogêneos.

O segundo problema, mais enfatizado pela autora, refere-se à agudização da tendência à superacumulação, comum a todos os países industrializados. Isso decorreria da grande desigualdade de poder de mercado que o poder de mercado dos novos setores oligopolistas seria muito maior que dos demais. Além da grande desigualdade de poder monopólico entre os novos setores oligopolistas e os setores "tradicionais", haveria uma desigualdade ainda maior entre empresas e sindicatos. Isso porque o mercado de trabalho nos países subdesenvolvidos seria "fortemente competitivo", com exceção de um pequeno grupo de trabalhadores qualificados.

> Essas características estruturais de mercado tendem a produzir um afastamento crescente entre produtividade e salários, sem que se resolva necessariamente o problema da taxa global de acumulação e de emprego a longo prazo (idem, p.179).

Nos países centrais a possibilidade de "fuga para frente" em contexto de crises de superacumulação seriam maiores por dois motivos, são eles: 1) o mercado financeiro mais desenvolvido e 2) a maior homogeneidade entre os setores produtivos, em particular entre aqueles que produzem bens de consumo capitalista e aqueles que produzem bens de consumo dos trabalhadores. No Brasil, devido aos baixos níveis salariais e à pequena participação das camadas médias na renda, a capacidade produtiva do setor de bens de consumo duráveis não poderia ser utilizada para a produção dos bens de consumo dos trabalhadores.

Dessa forma, a reprodução da desigualdade de renda com o avanço da industrialização não poderia ser entendida a partir de uma suposta inadequação da tecnologia, altamente capital-intensiva, à "dotação de fatores de produção" no país. Seria antes um problema da escolha dos produtos que, como consequência, influenciam a estrutura produtiva e, posteriormente, a estrutura de demanda. A predileção do grande capital internacional pela produção de bens de consumo durável, crescentemente diferenciados e voltados para uma pequena camada da população, teria seguido a racionalidade da expansão oligopólica: "aumentar as margens diferenciais de lucro e expandir a sua participação relativa no mercado". Em vista da histórica

concentração de renda, o padrão de crescimento está condicionado à reprodução da desigualdade (idem, p.79-86).

Em contextos de sobreacumulação, a "fuga para frente" passaria por uma redistribuição da renda contra os assalariados de base[18] e por um processo de competição oligopolística no setor de bens duráveis por meio da diferenciação dos produtos, cujo objetivo seria redinamizar o consumo dos setores de maior renda. Esse processo de *capital deepening* (aumento da relação capital-salário), conjugado à diferenciação do consumo capitalista "agrava os desequilíbrios dinâmicos na estrutura setorial de crescimento a longo prazo" e, consequentemente, a heterogeneidade estrutural (idem, p.32-36).

3.2. Ciclo e crise: o movimento recente da industrialização brasileira (1978)

Entre 1974 e 1978 há um acirramento das tensões políticas no Brasil, sinalizando uma fratura no pacto das classes dominantes que levava adiante o projeto industrialista. O lançamento do 2° Plano Nacional de Desenvolvimento (II PND), em 1974, deu-se em um contexto de aumento da incerteza global e deterioração dos termos de troca da balança comercial brasileira[19]. Segundo o governo Médici, tratava-se de "[...] um amplo programa de investimentos cujos objetivos eram transformar a estrutura produtiva e superar os desequilíbrios externos, conduzindo o Brasil a uma posição de potência intermediária no cenário internacional" (Carneiro, 2002, p.55). Ao contrário do "milagre", quando o setor de bens de consumo duráveis liderou a indústria manufatureira, o II PND priorizava a ampliação dos insumos universais (incluso a energia) e do setor de bens de capital.

Em oposição ao Plano, inicia-se nesse período uma campanha da grande mídia contra o projeto "estatizante" da ditadura. Primeiro com a revista Visão e, já em 1975, com o fim da censura prévia ao jornal, também o Estadão passa a realizar críticas. Mais um sintoma da falência do padrão de desenvolvimento foi a desarticulação entre investimento público e investimento privado. Entre 1974 e 1979, a participação do investimento privado no investimento total cai de 60 para 55%, enquanto o investimento das estatais aumenta de 23,5 para 28,5% (Davidoff Cruz, 1984; Fonseca e Monteiro, 2008).

Tavares expressa clareza sobre a conjuntura em sua tese de 1978 ao reconhecer e explicar as razões do enfraquecimento político do desenvolvimentismo autoritário:

> Do ponto de vista político, o projeto de Estado Nacional Autoritário levantado em 1974 não contou com o apoio popular, a quem não beneficiava nem envolvia

[18] Esse teria sido o papel da reforma fiscal e financeira de 1965-1966 empreendida pelo governo militar, que redirecionou a renda para o consumo capitalista e para o próprio Estado (idem, p.180-184).
[19] Em 1973, o primeiro choque do petróleo acarretou uma deterioração de aproximadamente 18% nos termos de troca da balança comercial brasileira, pois o país era um grande importador líquido do produto (Carneiro, 2002).

> politicamente. Contou apenas, do ponto de vista das classes dominantes, com o apoio de um setor restrito da grande empresa internacional (os grupos cartelizados de bens de equipamento pesado), de uma fração da mecânica pesada nacional e do bloco das grandes firmas de engenharia e construção. Ficaram fora do pacto todos os demais setores empresariais a quem a demanda da indústria pesada não favorece. É fácil entender as razões da campanha, que se agravaram com o mal-estar político e a frustração de expectativas dos setores interessados (Tavares, 1998 [1978], p.122-123).

Da tese nos interessa particularmente o terceiro capítulo, que é uma continuação do esforço de interpretação da industrialização brasileira. O texto, entretanto, não se propõe a discutir nenhum tipo de "particularidade universal" da industrialização nos países subdesenvolvidos como, em alguma medida, foi feito nos textos anteriores. Trata-se antes de uma leitura pautada pelos problemas dinâmicos conjunturais da industrialização brasileira, como a crise do início da década de 1960 e a desaceleração após 1974. A ênfase é dada aos problemas de demanda efetiva, corrente e dinâmica, entre os setores industriais, parcialmente agregados a partir das categorias de uso final, utilizadas já no trabalho anterior: bens de capital, bens de consumo durável e bens de consumo não durável[20] (idem, p.81).

Nas obras anteriores, as mazelas do subdesenvolvimento, em particular a marginalidade e os baixos níveis salariais, implicavam, de maneira mediada, limites dinâmicos mais estreitos ao processo de industrialização. Na presente obra, entretanto, essa relação desaparece. A autora deixa de referir-se à influência do "mercado de trabalho fortemente competitivo" sobre a agudização da tendência à superacumulação. O principal problema de "desequilíbrio" no caso brasileiro, de industrialização tardia, seria a pequena participação relativa dos setores líderes na produção corrente da indústria, em particular o setor de bens de capital, cuja expansão intradepartamental seria o principal motor do dinamismo (idem, p.80-85). Assim,

> em condições de uma industrialização "atrasada", por mais moderna e internacionalizada que seja, o baixo peso absoluto e relativo do setor de bens de capital [...] impede um crescimento auto-sustentado à la Tugan-Baranovsky [...] (idem, p.85)

A superacumulação aparece na exposição associada ao setor de bens de consumo duráveis por razão de sua estrutura de mercado e dinâmica de concorrência. Em primeiro lugar, porque no caso de um oligopólio diferenciado, particularmente em fases de descenso cíclico, as empresas possuiriam grande poder de controle sobre as margens de lucro. Em segundo lugar, porque nos ciclos de expansão ampliariam seu estoque de capital muito à frente da demanda corrente. Nenhuma especificidade do subdesenvolvimento parece pressionar essa tendência (idem, p.85-87).

---

[20] Nesse caso, supõe-se que os insumos específicos de cada setor estão integrados à dinâmica da demanda final. Além disso, considera-se que os insumos de uso generalizado, excluídos da explicação da dinâmica industrial, dependeriam da taxa de crescimento global da produção industrial (Tavares, 1998[1978], p.81).

Mesmo tratando do dinamismo do setor de bens de consumo não duráveis, os baixos salários e a marginalidade não seriam problemas, pois o crescimento de seu mercado seria "praticamente independente do que se passa com os níveis relativos de consumo das massas". O crescimento do mercado de massas seria inexorável ao processo de urbanização e independente da grande indústria. No longo prazo, o papel central em sua expansão seria desempenhado pela "[...] acumulação, expansão e diferenciação do capital mercantil urbano e [pela] proliferação dos serviços" (idem, p. 89-90).

Por isso, tampouco o processo de industrialização atuaria na reprodução das mazelas sociais do subdesenvolvimento. Vejamos com cuidado este ponto. Em seu segundo capítulo, a autora esclarece sua leitura do capitalismo contemporâneo a partir de uma proposta de revisão e superação de Marx. O advento do "capitalismo monopolista", ou "maduro" implicaria uma superação da teoria do valor marxiana, no sentido de que a valorização na produção não condicionaria o movimento global de valorização. Uma das tendências associados a isso seria a redução dos trabalhadores empregados nos setores produtivos e, em contrapartida, o aumento dos "trabalhadores improdutivos" empregados nos serviços urbanos[21]. Finalmente, os salários, em particular nesses setores, seriam crescentemente determinados pelas condições de "poder político", "legitimidade" e "status social", não por condições de extração de mais-valor ou de produtividade (idem, p.73).

Portanto, a industrialização não teria responsabilidade na permanência dos baixos salários da massa dos trabalhadores, tampouco se poderia esperar que seu avanço incorporasse o conjunto dos trabalhadores. A persistência da pobreza teria que ver menos com o baixo nível de emprego nos setores "produtivos" e mais com o baixo nível de emprego e salários nos setores "improdutivos". Em suma, os problemas de emprego e salário nos países subdesenvolvidos perdem suas determinações estruturais e tornam-se objeto produto unicamente da disputa política.

A elaboração explícita dessas conclusões e de seus desdobramentos teóricos é, entretanto, matéria dos trabalhos do início da década de 1980.

3.3. Mercado de trabalho dual e segmentado (1981)

O segundo choque do petróleo e a política contracionista de Paul Volcker (presidente do Federal Reserve Bank) tiveram como consequência uma combinação entre nova deterioração dos termos de troca da balança comercial e aumento do serviço da dívida externa. O setor

[21] Nos parece que para a autora seriam "produtivos" os trabalhadores empregados na indústria, na agricultura e no setor terciário "funcional".

público, já bastante endividado, empreende uma "estatização" da dívida privada por meio de mecanismos como a Resolução 432 do Banco Central[22]. A insuficiência dos ajustes realizados a partir de 1979 não foram suficientes para evitar que em 1983, um ano depois da moratória do México, o Brasil tivesse que recorrer ao FMI (financiamento involuntário) para financiar sua conta de transações correntes. A partir de então, nenhum projeto de investimento público no Brasil alcançou níveis próximos ao período de 1957 a 1979 (Campos, 2023; Davidoff, 1984; Pinto, 2021).

Do ponto de vista político, o período foi marcado pelas primeiras grandes greves do ABCD paulista, em 1979. Do ponto de vista institucional, em 1978 foi revogado do Ato Institucional nº5 e em 1979 foi promulgada a Lei da Anistia. Nesse contexto, Tavares torna-se abertamente uma militante do movimento pela redemocratização, atuando na criação de organismos voltados ao combate da política econômica da ditadura militar. É nesse contexto que, entre 1980 e 1981 escrever os dois trabalhos que analisaremos aqui de maneira integrada.

O primeiro é o artigo *Emprego e salários na indústria*, publicado em 1981 junto a Paulo Renato Souza. O segundo é um texto para discussão intitulado *Problemas de industrialización avanzada em capitalismos tardios y periféricos*. Apesar de ter sido publicado apenas em 1986 pela UFRJ, fora preparado anteriormente para o *Seminario sobre políticas para el desarrollo latinoamericano*, evento organizado entre setembro de 1980 e junho 1981 pelo governo mexicano.

Além de escritos inéditos, este último trabalho incorpora partes da tese de 1978 e partes do artigo publicado junto a Paulo Renato Souza. Dado o caráter do texto, é compreensível que a autora articulasse textos não inéditos entre si. O importante é que essa possibilidade indica um nível maior de sistematização. Nos parece que a tese de 1978 estabeleceu fundamentos teóricos que são extrapolados para a teoria de mercado de trabalho. Em particular, o desenvolvimento da tese do "capitalismo monopolista" justifica uma abordagem epistemológica que aparta a dinâmica da industrialização dos problemas de emprego e salário típicos do subdesenvolvimento.

Em primeiro lugar, Tavares (1986) se opõe a "totalizações fáceis", como seriam categorias "imperialismo" e "desenvolvimento dependente", para explicar os problemas estruturais enfrentados pelos países latinoamericanos. Assim, as questões do subdesenvolvimento, ou da "heterogeneidade estrutural", deveriam ser separadas

[22] O objetivo da política era que a iniciativa privada tomasse mais financiamento externo em virtude da crescente pressão sobre a balança de pagamentos. Em sentido contrário, as filiais estrangeiras aproveitaram para se desalavancarem, nacionalizando seu estoque de dívida externa.

analiticamente entre 1) aquelas derivadas da dinâmica da industrialização tardia[23] e 2) aquelas derivadas da formação histórica das sociedades nacionais (idem, p.6). Assim, a marginalidade rural e urbana seria explicada pela permanência de características da formação nacional ("atraso"), não pela "modernidade da monopolização industrial". Mais especificamente, a causa seria a existência de "estruturas agrárias atrasadas" que reproduzem "relações sociais de produção herdadas da monopolização mercantil" (idem, p.5-6).

Essa parcela marginal seria "inutilizável" para o desenvolvimento capitalista, "incapazes de serem submetidos à exploração capitalista em mercados de trabalho organizados". A autora reitera, então, sua interpretação de 1978 ao afirmar que esses setores mais modernos da indústria não precisam, nem podem, oferecer emprego produtivo à população marginal (idem, p.5, 10).

Ainda assim, se opõe ao "pessimismo" do pensamento social latino-americano na década de 1960, incluída ela própria, que teria subestimado a capacidade de geração de empregos da indústria de transformação. Transcorridos 30 anos do "vigoroso processo de industrialização na América Latina" seria possível afirmar que as atividades "modernas" apresentaram um "dinamismo apreciável" na geração de emprego (Tavares e Souza, 1981, p.3-4). Além disso, a despeito da pobreza e da marginalização, destaca o grande crescimento do mercado interno no período (Tavares, 1986, p.8).

A hipótese fundamental, derivada do desenvolvimento teórico de 1978, é de que o excedente de trabalhadores fora do mercado urbano organizado não influencia a determinação dos salários e do emprego na indústria. Tratar-se-ia de uma dinâmica endógena:

> O desenvolvimento de uma indústria moderna e internacionalizada libera a base salarial da indústria e dos serviços plenamente capitalistas e burocratizados, das condições de subsistência das massas, ao impor barreiras à entrada aos mercados de trabalho organizados [...] (idem, p.12)

A chamada "segmentação do mercado de trabalho" na indústria seria comum a todos os países com uma "estrutura oligopólica internacionalizada", pois corresponderia à burocratização e complexificação das grandes corporações[24] (idem, p.4-5).

---

[23] Uma primeira ordem de problemas de industrialização tardia, aqueles que dizem respeito à "articulação interindustrial", seriam comuns até mesmo aos países socialistas. Isso incluiria desequilíbrios entre o tamanho das plantas e o tamanho do mercado, desequilíbrios intrasetoriais, insuficiência da capacidade física e tecnológica do setor de bens de produção etc. A segunda ordem de problemas seria derivada da relação entre padrões de produção e de consumo condicionados pela organização interna dos mercados, determinada pelas formas de competição oligopolista. Esses problemas não seriam comuns aos países socialistas na medida que "os padrões de produção e consumo estão orientados à solução prioritária das necessidades básicas da população, antes de entrar na diferenciação do consumo" (idem, p.2-4).

[24] Com isso, justifica-se a apropriação das reflexões pioneiras de Doeringer e Piore (1971), cujo objeto de estudo era o mercado de trabalho nos EUA entre 1964 e 1969. Sobre a origem das teorias de mercado de trabalho segmentado e suas versões latino-americanas no período, ver Humphrey (1982, cap.3).

A autora elabora, então, um modelo de determinação do padrão salarial – taxa de salário[25] e distribuição salarial – na indústria. Esse modelo, nos parece, corresponde à "fundamentação microeconômica" do modelo kaleckiano apresentado em 1978 e reiterado nos dois trabalhos seguintes. Partindo do pressuposto de que "os trabalhadores gastam o que ganham" e em linha com o modelo tri-depatamental mencionado anteriormente, a autora apresenta a equação de determinação macroeconômica da massa de salários:

$$\boldsymbol{C_w = W = \frac{w_1 \cdot I + w_2 \cdot C_k}{1 - w_3}}$$

Onde $\boldsymbol{w_1}$ é a participação dos salários na renda do setor de bens de produção, $\boldsymbol{w_2}$ é a participação dos salários na renda do setor de bens de consumo capitalista e $\boldsymbol{w_3}$ é a participação dos salários na renda do setor de bens de consumo dos trabalhadores, $\boldsymbol{I}$ é o investimento e $\boldsymbol{C_k}$ é o consumo dos capitalistas. A ordem de determinação seria a seguinte: os gastos autônomos ($\boldsymbol{I}$ e $\boldsymbol{C_k}$), dados os parâmetros distributivos[26], determina a massa de salários. O salário real, por sua vez, depende do índice de preços do setor de bens de consumo dos trabalhadores (Tavares, 1978, p.23; Tavares e Souza, 1981, p.12-13).

Os parâmetros distributivos seriam apenas uma síntese da estrutura monopólica do capital que demonstram como se dá o equilíbrio entre demanda efetiva e renda (equilíbrio agregado) no curto prazo (Tavares, 1978, p.24). Já em 1978 a autora reconhece que a pressão dos trabalhadores pode alterar esses parâmetros e, consequentemente, a participação dos salários na renda. Suas obras seguintes trataram, portanto, de apresentar uma "microfundamentação" do modelo kaleckiano que incorpora os diferentes poderes de barganha dos trabalhadores e sua capacidade de influenciar a distribuição da renda. Vejamos.

Ao desenvolvimento das relações capitalistas e da urbanização corresponderia a formação de um mercado geral de trabalho, de caráter "organizado". O avanço da industrialização, a burocratização e a hierarquização das grandes corporações levaria ao surgimento de "mercados internos"[27], cuja dinâmica de funcionamento e de determinação salarial seria fortemente autônoma em relação ao mercado geral. Nesse último, as grandes empresas recrutariam apenas alguns trabalhadores de baixa qualificação ou trabalhadores para

[25] Aqui estamos adotando a definição utilizada por Tavares e Souza (1981) e Tavares (1986), em que a taxa de salários corresponde ao salário de base do trabalho de baixa qualificação. Em Tavares (1998[1978]) o conceito refere-se à participação dos salários na renda, como é mais comum na literatura.

[26] "Os fatores de distribuição mencionados por Kalecki que determinam a participação dos salários no produto são o grau de monopólio e a relação entre o preço das matérias-primas e dos salários. O grau de monopólio é medido pela relação entre o preço dos produtos industriais e seus custos diretos (salários e matérias-primas), sendo, sem embargo, determinado por vários elementos, tanto estruturais quanto conjunturais" (Tavares e Souza, 1981, p.12).

[27] Segundo Doeringer e Piore (1970, p.1-2), "[nos mercados internos] o preço e a alocação da força de trabalho são governados por um conjunto de procedimentos e regras administrativas".

entrar nos postos iniciais da hierarquia interna. As pequenas empresas, por outro lado, recrutariam ali a grande maioria de seus empregados. Este mercado conformaria, assim, condições comuns a toda indústria, em particular, a taxa de salários, isto é, o salário base do trabalho de baixa qualificação. Aos mercados internos, por outro lado, corresponderia uma crescente diferenciação salarial, impulsionada por diferentes poderes de barganha dos trabalhadores em cada setor, segmento industrial, ou mesmo em cada empresa. A formação e a carreira funcional seriam determinantes para essa diferenciação.

Agora podemos compreender a cadeia explicativa do modelo da autora. A taxa de salários seria negociada ao nível da indústria em geral ou de cada setor. A partir desse parâmetro, cada segmento do mercado de trabalho negocia seu salário com diferente poder de barganha. Como resultado da interação entre o piso salarial e a estrutura de mercados internos determina-se o salário como custo para cada empresa. O salário real, entretanto, depende da estrutura de mercado da própria indústria, isto é, da interação entre os diferentes graus de monopólio dentro de cada setor e entre os diferentes setores (Tavares e Souza, 1981, p.9-11).

De volta ao nível agregado, temos portanto que a massa salarial depende do nível da demanda efetiva e dos parâmetros distributivos. Esses últimos dependem da taxa de salários, da organização do mercado de trabalho e da estrutura interindustrial. Entretanto, como dissemos, os parâmetros distributivos sintetizam o equilíbrio a curto prazo. No longo prazo, nos diz Tavares, se D1 e D2 crescem mais que D3, "os lucros globais cresceram mais que os salários, independente de quais sejam a taxa de salário e o grau de monopólio (ou 'taxa de exploração') iniciais" (Tavares, 1978, p.25-26).

Portanto, a curto prazo, a elevação da participação dos salários na renda "tem como limite, ao nível da organização capitalista do mercado, o grau geral de monopolização do capital" (idem, p.26). A longo prazo, os trabalhadores precisariam ser capazes de defender sua participação na renda a ponto de alterar a estrutura interindustrial e, consequentemente, a estrutura de crescimento da indústria, de tal forma que o setor de bens salário (D3) ampliasse seu potencial de acumulação. Independente de qual a participação dos salários conquistada pelos trabalhadores, a acumulação se ajustará, pois não há rivalidade entre lucros e salários. Haveria, entretanto, uma redistribuição dos lucros em direção ao setor de bens de consumo na medida que se amplia a participação dos salários na renda (idem, p.22-27).

Finalmente, nos sugerem os autores, a determinação do padrão salarial é política não apenas por depender do poder de barganha dos diferentes segmentos de trabalhadores, mas também porque a determinação da taxa salarial depende muitas vezes da mediação do Estado. Nesse sentido, a determinação do salário mínimo legal seria "somente um caso especial de

‘negociação coletiva’ de uma taxa de salários de base”. À determinação de uma taxa de salários mais alta corresponderia uma pressão sobre as indústrias que não pudessem pagar esse salário, constituindo-se em um impulso à concentração e modernização[28] (Tavares e Souza, 1981, p.11).

Nesse sentido, uma política de valorização do salário mínimo poderia impulsionar a oligopolização do setor de bens de consumo dos trabalhadores, ampliando sua participação na estrutura de crescimento e, consequentemente, corroborando um aumento da participação dos salários na renda e reduzindo a heterogeneidade estrutural.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ainda que a obra da autora seja bastante sistemática em termos teóricos, as reflexões e preocupações políticas são explicitas e compõem as formulações científicas. As evidências que apresentamos nesse sentido nos permitem relacioná-la ao contexto histórico de reabertura política e crise do desenvolvimentismo. Num primeiro momento, os problemas de emprego e trabalho no subdesenvolvimento aparecem na obra de Tavares como parte constitutiva do tipo de industrialização brasileira, isto é, dependente e periférica. Ao mesmo tempo, o excedente de força de trabalho e os baixos salários reforçam a heterogeneidade estrutural e o sentido do padrão de crescimento.

Posteriormente, a partir de 1978, radicaliza-se a ideia de “autodeterminação do capital”. Por um lado, a dinâmica da acumulação na indústria não enfrenta nenhum estreitamento derivado da manutenção dos baixos salário e do alto desemprego. Tampouco essas condições corroboram a acumulação. Há efetivamente um apartamento. Por outro lado, a industrialização deixa de atuar na reprodução dessas mazelas.

A redução do emprego produtivo, nos diz a autora, é uma característica do desenvolvimento capitalista na etapa “monopolista”. Não se trataria de frear o processo de industrialização no Brasil, mas de garantir que os “trabalhadores excedentes” se tornem “consumidores improdutivos”. Os baixos salários, por sua vez, teriam que ver tão somente com a fraqueza política dos sindicatos, não há nenhum determinante estrutural. No caso brasileiro, a atuação do regime autoritário reforçaria esta condição por meio da repressão política e pela defasagem do salário mínimo legal em relação aos ganhos de produtividade.

Num contexto de ampliação da oposição aos governos militares, iminente abertura política e fratura no “consenso industrialista”, a autora se posiciona em defesa de um projeto

[28] “Assim, o progresso técnico introduzido a partir das empresas líderes se generalizaria mais rapidamente em toda a estrutura industrial sob o duplo impulso da concorrência intercapitalista e da pressão sindical” (Tavares e Souza, 1981, p.11)

desenvolvimentista democrático. Teoricamente isso significou eximir a industrialização da reprodução das mazelas sociais do subdesenvolvimento e compreendê-las como uma questão puramente política. Assim, a ampliação do poder dos sindicatos e uma política salarial progressiva atuariam para pressionar uma transformação na estrutura industrial e, especialmente, no padrão de crescimento desta indústria. Isso garantiria, a longo prazo, um crescimento dos salários como parte de um círculo virtuoso que envolveria o crescimento da produtividade e crescimento dos lucros.

Finalmente, a sustentação deste projeto político, ela sabe, passaria acima de tudo pelo apoio dos setores populares. Não por outro motivo, em seus textos do início da década de 1980, Tavares seleciona seu referente crítico: as teorias do imperialismo, do desenvolvimento dependente, da dependência etc. A autora se propõe a disputar os rumos políticos do nascente movimento de trabalhadores e, ao que nos parece, foi vitoriosa.

5. Bibliografia

ANDRADE, Rogério Pereira de; SILVA, Renata Carvalho. Uma mestra na periferia do capitalismo: a economia política de Maria da Conceição Tavares. Revista de Economia Política, São Paulo, v. 30, n. 4, p. 539–559, out./dez. 2010.

ARAUJO, Victor Leonardo de. A macroeconomia do governo costa e silva (1967-1969). In: ARAUJO, Victor Leonardo de; MATTOS, Fernando Augusto Mansor de (orgs.). *A economia brasileira de Getúlio a Dilma: novas interpretações*. São Paulo: Hucitec, 2021.

BARONE, Ricardo Strazzacappa; BASTOS, Pedro Paulo Zahluth; MATTOS, Fernando Augusto Mansor de. Capital humano ou capitalismo selvagem? Um balanço da controvérsia sobre distribuição de renda durante o "milagre" brasileiro. *Revista de Economia Contemporânea*, v. 21, n. 3, p. 1–25, set./dez. 2017.

BASTOS, Pedro Paulo Zahluth. Capitalismo, dependência e distribuição de renda: a contribuição de Maria da Conceição Tavares para a economia do desenvolvimento. Análise Social, Lisboa, n. 248, vol. 58, no 3, p. 490-511, 2023.

_____; D'ÁVILA, Sergio Gonçalves. O debate do desenvolvimento na tradição heterodoxa brasileira. *Revista de Economia Política*, v. 29, n. 2, p. 204–223, abr./jun. 2009.

BIELSCHOWSKY, Ricardo. Maria da Conceição Tavares. *Revista de Economia Contemporânea*, Rio de Janeiro, v. 14, n. 1, p. 193–200, jan./abr. 2010.

_____; MUSSI, Carlos. Brazilian economic thought in the "developmentalist era": 1930–1980. In: BIELSCHOWSKY, Ricardo; BOIANOVSKY, Mauro; COUTINHO, Mauricio Chalfin (ed.). *A history of Brazilian economic thought: from colonial times through the early 21st century*. Abingdon: Routledge, 2023.

CAMPOS, Fábio Antonio. *A arte da conquista: o capital internacional no desenvolvimento capitalista no Brasil (1951–1992)*. Marília: Lutas Anticapital, 2023.

CARNEIRO, Ricardo. *Desenvolvimento em crise: a economia brasileira no último quarto do século XX*. São Paulo: Editora UNESP; Campinas: IE-UNICAMP, 2002.

COSTA, Fernando Nogueira da. Introdução. In: MELLO, H. (org.). Maria da Conceição Tavares: vida, ideias, teorias e políticas. São Paulo: Fundação Perseu Abramo; Expressão Popular; Centro Internacional Celso Furtado, 2019. p. 13–39.

DOERINGER, Peter B.; PIORE, Michael. Internal labor markets and manpower analysis. Lexington, Massachusetts: D.C. Heath, 1971.

FONSECA, Pedro Cezar Dutra; MONTEIRO, Sérgio Marley Modesto. O Estado e suas razões: o II PND. *Revista de Economia Política*, São Paulo, v. 28, n. 1 (109), p. 28-46, jan./mar. 2008.

FURTADO, Celso. Características do processo de desenvolvimento recente do Brasil. In: ____. Subdesenvolvimento e estagnação na América Latina. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1966. p. 139–174.

HUMPHREY, John. *Fazendo o Milagre: Controle Capitalista e Luta Operária na Indústria Automobilística Brasileira*. Petrópolis, Vozes, 1982.

LANGONI, Carlos Geraldo. *Distribuição da renda e desenvolvimento econômico do Brasil*. Rio de Janeiro: Expressão e Cultura, 1973

LEWIS, W. Arthur. Economic development with unlimited supplies of labour. The Manchester School, v. 22, n. 2, p. 139-191, 1954.

MARINI, Ruy Mauro. Post Scriptum [1973]. In: MARINI, Ruy Mauro. *Dialética da dependência*. São Paulo: Expressão Popular, 2005.

MELLO, João Manuel Cardoso de. O capitalismo tardio: contribuição à revisão crítica da formação e desenvolvimento da economia brasileira. Campinas: Editora da Unicamp, 1998.

NUN, José. Superpoblación relativa, ejército industrial de reserva y masa marginal. Revista Latinoamericana de Sociología, v. 5, n. 1, p. 178-236, mar./abr. 1969.

OLIVEIRA, Francisco de. Crítica à Razão Dualista [1972]. In: *Crítica à Razão/ O ornitorrinco*. São Paulo: Boitempo, 2013.

QUIJANO, Aníbal. Notas sobre o conceito de marginalidade social [1966]. In: PEREIRA, Luiz (org.). *Populações "marginais"*. São Paulo: Livraria Duas Cidades, 1978.

ROBILLOTI, P. C. O desenvolvimento capitalista na obra de Maria da Conceição Tavares. 2016. Dissertação (Mestrado em Economia) — Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2016.

SAMPAIO JR., Plínio de Arruda. Entre a nação e a barbárie: os dilemas do capital no Brasil. 1997. Tese (Doutorado em Economia) – Instituto de Economia, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1997.

SERRA, José. Ciclos e mudanças estruturais na economia brasileira do pós-guerra. *Revista de Economia Política*, São Paulo, v. 2, n. 2 (6), p. 5–45, abr./jun. 1982.

TAVARES, Maria da Conceição. Auge e declínio do processo de substituição de importações no Brasil [1963]. In: _____. Da substituição de importações ao capitalismo financeiro: ensaios sobre economia brasileira. 3. ed. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1974. p. 27-124.

_____. À guisa de introdução [1972]. In: _____. *Da substituição de importações ao capitalismo financeiro: ensaios sobre economia brasileira*. 3. ed. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1974. p. 15-25.

_____. Problemas de industrialización avanzada em capitalismos tardios y periféricos [1981]. Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro, 1986. (Texto para Discussão, n. 94).

_____. Acumulação de capital e industrialização no Brasil [1974]. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 1998a.

_____. Ciclo e crise: o movimento recente da industrialização brasileira [1978]. Campinas: Instituto de Economia – UNICAMP, 1998b.

_____; SERRA, José. Más allá del estancamiento: una discusión sobre el estilo de desarrollo reciente en Brasil. El Trimestre Económico, México, v. 38, n. 152, p. 905–950, out./dez. 1971.

_____; SOUZA, Paulo R. C. Emprego e salários na indústria – o caso brasileiro. Revista de Economia Política, São Paulo, v. 1, n. 1, p. 3-29, jan./mar. 1981.

VIANA, João Caetano Gomes; CAMPOS, Fábio Antonio de. Relações de trabalho na indústria automobilística e os limites do conceito do mercado de trabalho dual e segmentado na economia brasileira (1956-1973). *América Latina en la Historia Económica*, v. 33, n. 1, e1563, 2026.

ZULLO, Guilherme José Della**.** A questão salarial revisitada: exército industrial de reserva e heterogeneidade estrutural. 2014. Dissertação (Mestrado em Economia) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2014.

MARINI (post scriptum) E OLIVEIRA